

Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo de Santa Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos
Fecomércio SC
Setembro de 2021

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	2
ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO	7
ANÁLISE NAS CIDADES	9
METODOLOGIA.....	13

SUMÁRIO EXECUTIVO

O número de famílias endividadas em Santa Catarina apresentou leve alta na passagem do mês, após atingir a mínima histórica no mês anterior. Apesar da alta, o índice é o segundo menor da história e alcança 37,3% das famílias no Estado. Já a taxa de inadimplência, em movimento oposto, mas seguindo trajetória de redução dos meses anteriores, renovou a mínima histórica pelo quarto mês seguido, e encerrou setembro em 5,5%.

O nível de endividamento baixo na comparação com os anos anteriores indica redução do consumo. Esse resultado é reforçado pelo nível de consumo atual das famílias catarinenses, apurado em pesquisa da entidade, que reduziu 16,14% frente a agosto, acelerando as perdas e renovando a mínima histórica pelo 12º mês sucessivo. Esse perfil pode ser reflexo do movimento precaucionário de liquidação de dívidas, tendência que está ocorrendo durante a crise da pandemia e que foi acelerado em 2021 pelo aquecimento do mercado de trabalho formal e a diminuição do nível de desocupação no Estado, que reforçou a renda das famílias catarinenses, assim, favorecendo a redução do endividamento e da inadimplência.

Em setembro, a dívida por cartão de crédito permaneceu sendo a mais citada, inclusive, alcançou o maior patamar da série histórica, ao representar 81,7% dos endividados. Ainda, o crédito consignado apresentou a maior alta (+4,4 p.p) e representou 26,2% dos entrevistados com dívidas, 2º maior patamar da série histórica. Essas condições podem ser reflexo da aceleração dos níveis de preços, que aperta o orçamento das famílias catarinenses e reforça a busca por renda extra por meio do crédito.

Ainda, a parcela de renda comprometida por dívida também atingiu o maior valor da série histórica no mês, ao situar-se em 35,3%. Isso mostra que embora o número de famílias endividadas seja reduzido, o patamar sobre a renda é alto, elevando o risco de inadimplência.

Após alcançar mínima histórica, Famílias endividadas avançam em setembro

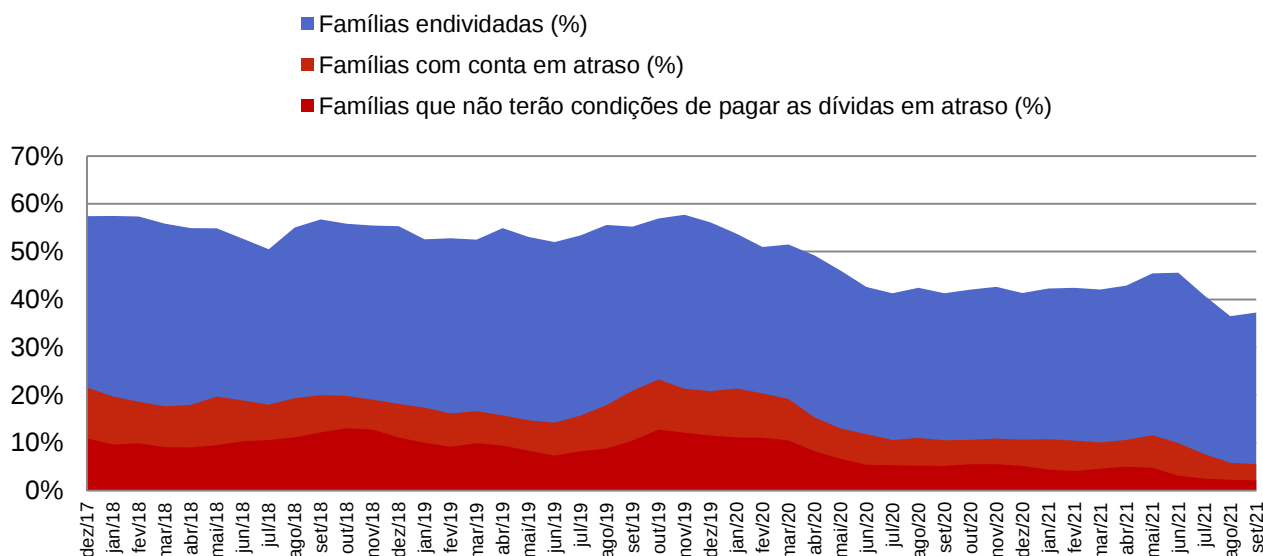
Situação da família	Meses					
	set/20	jan/21	mar/21	jul/21	ago/21	set/21
Total de endividadas	41,3%	42,3%	42,1%	40,8%	36,5%	37,3%
Dívidas ou contas em atraso	10,5%	10,7%	10,1%	7,6%	5,8%	5,5%
Não terão condições de pagar	5,2%	4,4%	4,6%	2,5%	2,2%	2,1%

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

A taxa de endividamento das famílias catarinenses, depois de renovar o menor patamar da série histórica em agosto deste ano, interrompeu o movimento de queda ao avançar 0,76 pontos percentuais na passagem do mês. Apesar da elevação, as famílias endividadas alcançaram 37,3%, segundo menor patamar da série histórica.

A elevação no mês não possibilita identificar mudança de tendência, já que no comparativo com o mesmo período do ano anterior, a trajetória de redução contínua forte, queda de 4,0 p.p. Portanto, o movimento de cautela dos consumidores e de baixo consumo, conforme apontado na pesquisa Intenção de Consumo das Famílias Catarinenses (ICF), está refletindo no clico de baixo endividamento no Estado. Esse movimento ocorre desde o início da crise sanitária no Estado. Em 2020, a média das famílias com dívidas alcançou 45,43%, resultado inferior ao da média de 2018 (55,2%) e 2019 (54,4%).

Síntese dos resultados desde 2017



No mês, e em movimento oposto, a taxa de inadimplência renovou a mínima histórica pelo quarto mês consecutivo ao diminuir 0,29 p.p, passando de 5,8% para 5,5%. Em caminho similar se encontram as famílias que não têm condições de pagar suas dívidas em atraso (2,1%) para o de setembro, queda de 0,1 p.p. diante do mês anterior.

Em relação às faixas de renda, às famílias com renda de até 10 salários mínimos (SM) encerraram setembro com alta de 2,02 p.p frente ao mês anterior, cessando movimento de queda, situando-se com taxa de endividamento de 40,46%. Já para as famílias com renda acima de 10 SM, a proporção do endividamento chegou a 26,57% no mês, diminuição de 2,5 p.p na passagem mensal, queda pelo quinto mês consecutivo, assim, houve renovação da mínima histórica para o grupo de maior renda.

O endividamento não pode ser avaliado como algo necessariamente negativo, pois se deve entender que qualquer tipo de compromisso financeiro acordado para o futuro é considerado uma dívida. Portanto, o endividamento das famílias também expressa o aquecimento do consumo e as condições financeiras da economia em relação ao crédito, através de intrincadas relações com variáveis de renda, emprego, poupança e crescimento econômico presente e esperado, ao que se deve comparar o perfil do endividamento para entender sua relação com a demanda e as capacidades de pagamento.

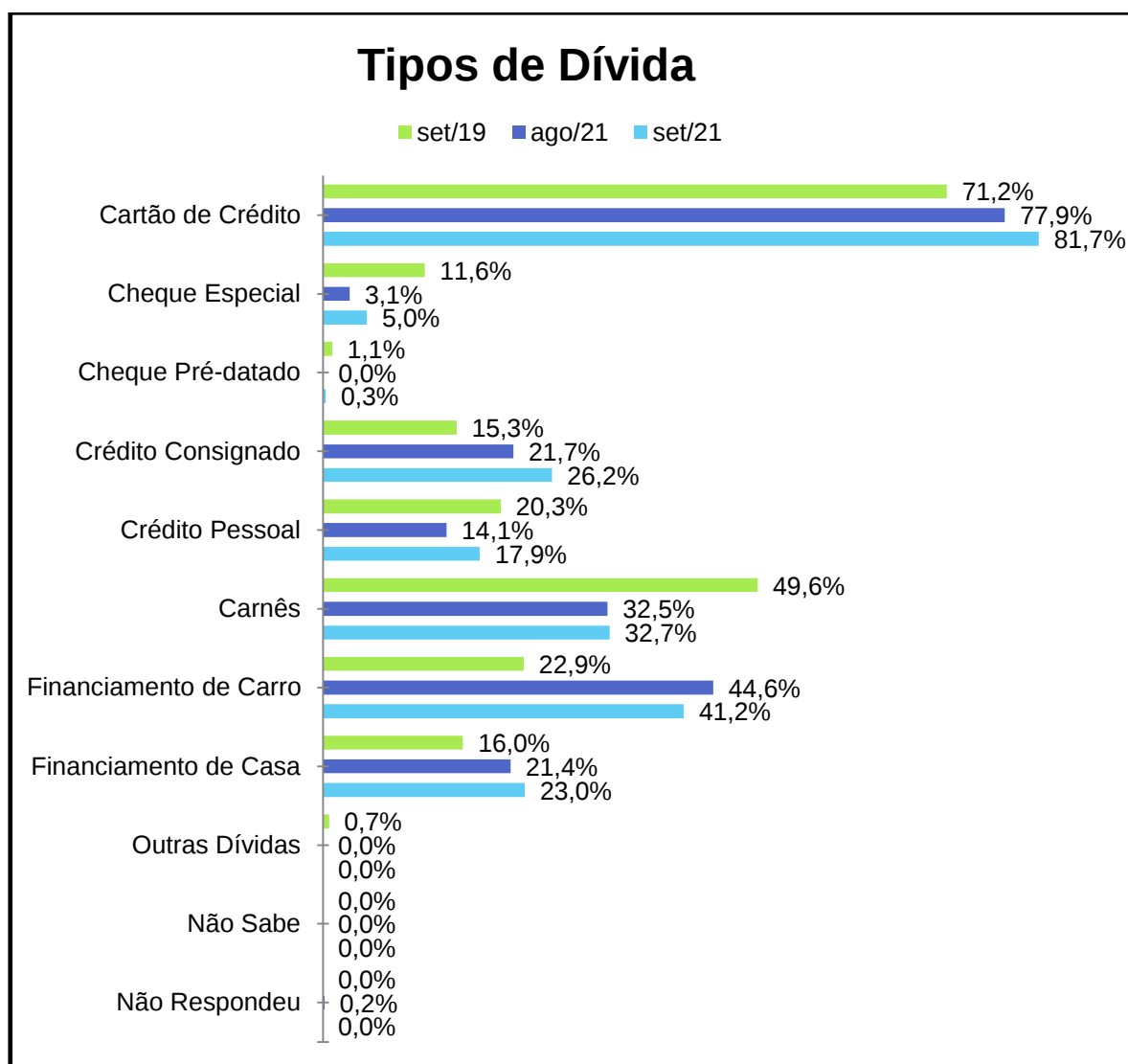
A percepção do nível de endividamento é essencial na análise da pesquisa, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. A elevação da taxa de endividamento pode ser verificada na percepção “pouco endividado”, a única categoria do nível de endividamento a apresentar elevação na passagem do mês (+1,0 p.p.). No mês anterior, esse grupo tinha atingido o segundo menor resultado da série, abaixo apenas dos 13,19% apresentados em abril deste ano. Muito embora tenha apresentado alta em setembro, ao atingir 14,5% dos endividados, o resultado segue sendo o menor da série histórica no comparativo de igual período dos anos anteriores.

Percepção do nível de endividamento						
Categoria	set/20	jan/21	mar/21	jul/21	ago/21	set/21
Muito endividado	5,5%	6,5%	6,2%	5,2%	4,1%	3,8%
Mais ou menos endividado	19,8%	21,6%	22,0%	22,1%	18,9%	18,9%
Pouco endividado	15,9%	14,3%	13,9%	13,6%	13,5%	14,5%
Não tem dívidas desse tipo	58,6%	57,7%	57,9%	59,2%	63,5%	62,7%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Do lado das famílias que se encontram na categoria muito endividada, o movimento de queda permanece pelo quarto mês consecutivo, ao reduzir 0,3

p.p., renovando o menor valor de 2021 e o segundo menor da série, ao situar-se em 3,8% (menor da série histórica foi em abril de 2013 de 3,69%). Já o grupo de famílias mais ou menos endividadas não teve variação na passagem do mês e segue em 18,9% dos entrevistados, entretanto, diferente das percepções apresentadas anteriores, o nível está acima dos resultados de mínimas histórias (15,33% - jan.13 e 15,35% - abril.13).

Ao analisar os tipos de dívidas dos catarinenses, diferente do mês anterior onde houve queda em todas as categorias no comparativo com julho, em setembro ocorreu aumento, exceto para o financiamento de carro.



Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

O cartão de crédito continua sendo o principal agente do endividamento dos consumidores e alcança 81,7% dos entrevistados, inclusive, o resultado do mês é o maior da série histórica. Em 2021, o patamar do endividamento pelo cartão de crédito está alcançando os maiores níveis desde 2013, média de

74,8% entre janeiro e setembro, superior aos períodos anteriores - (48,8%-2013; 66,9%-2019 e 71,8% - 2020). Esse é um sinal de alerta ao orçamento das famílias catarinenses, sobretudo, pela magnitude da taxa média do cartão de crédito rotativo e parcelado, que alcançou em agosto patamar de 336,11% a.a. e 163,6% a.a., respectivamente.

Ao comparar o grupo de renda, o cartão de crédito também é o principal tipo de dívida. Para ambas as faixas de rendas houve acréscimo frente ao mês anterior, com destaque para a alta de 6,5 p.p no grupo de faixa menor (82,3%) e de 0,5 p.p na faixa maior (81,4%).

O crédito consignado apresentou a maior alta (+4,4 p.p) dentre os tipos de dívida, e representou 26,2% dos entrevistados com dívidas, 2º maior nível da série histórica, patamar somente inferior a outubro de 2014, quando alcançou naquele momento 27,41% dos entrevistados. Nesse sentido, as famílias catarinenses estão reforçando a renda por meio do crédito extra. O fato que pode estar afetando a renda das famílias é a aceleração dos níveis de preços, especialmente, nos itens das principais despesas das famílias, como a alimentação no domicílio e a energia elétrica residencial.

Já a utilização do carnes, a terceira dívida mais citada pelos entrevistados no mês, teve leve alta de 0,2 p.p frente ao mês anterior, entretanto, nota-se movimento oposto ao cartão de crédito e crédito consignado, ao alcançar 32,7% dos entrevistados, o resultados é inferior à média dos anos anteriores (2020 - 40,79%; 2019 - 45,01%; 2018 - 41,10%).

Com maior liquidez e juros relativamente baixos, o financiamento de carros e de casas permanece em níveis maiores que a média dos anos anteriores, muito embora tenham reduzido na passagem do mês para a categoria de carro em 3,4 p.p frente a agosto. Apesar da queda no financiamento de carros, a categoria foi citada por 41,2% dos entrevistados com dívida em setembro, maior que a média relativa aos anos de 2020 (33,02%), 2019 (26,05%), 2018 (27,88%), 2016 (30,62%).

Por outro lado, o financiamento de casa atingiu 23,0% dos entrevistados no mês, alta de 1,6 p.p na passagem do mês. O resultado mantém-se em níveis elevados ao comparar com os anos anteriores (média em 2018 foi de 20,68%, 2019 de 18,99% e 2020 de 18,06%). Apesar da ampliação da taxa Selic no ano, passando de 2% para 6,25%, resultando no aumento do custo de captação das instituições financeiras que tendem a repassar aos consumidores, as taxas de juros de cobradas pelos bancos levam um período mais longo para se adaptarem ao novo cenário, por isso, os consumidores podem estar adiantando o consumo para esses itens para evitar taxas de juros maiores. A taxa média de juros das operações de crédito para pessoas físicas no Financiamento imobiliário alcança em média entre janeiro e agosto de 2021, 7,6% ao ano, valor inferior aos resultados médios de 2020 (7,8%) e 2019 (9,0%). O Cheque pré-datado, Cheque especial e Outras Dívidas continuam sendo as fontes menos usadas.

O tempo de comprometimento com dívida permanece acima dos patamares do pré-crise (Jan/20 foi de 9,1 e Fev./20 foi de 9,0), ao situar-se 9,8 meses em média em setembro, resultado igual ao mês anterior. Portanto, a crise elevou o tempo médio de comprometimento em cerca de 1 mês, o que está relacionado à liquidação do endividamento de mais curto prazo e a ampliação do endividamento em médio e longo prazo. Após atingir a máxima histórica em maio (69,4%), o comprometimento acima de 1 ano representou no mês 67,3%, diante dos 66,6% em agosto, permanece sendo o perfil da maioria dos entrevistados, inclusive esse patamar é superior aos anos anteriores (2018 – 51,23%; 2019 – 52,06%; 2020 – 61,53%). Nota-se que essa ampliação pode estar relacionada às modalidades de financiamento de carro e imóveis que se configuram em patamares elevados.

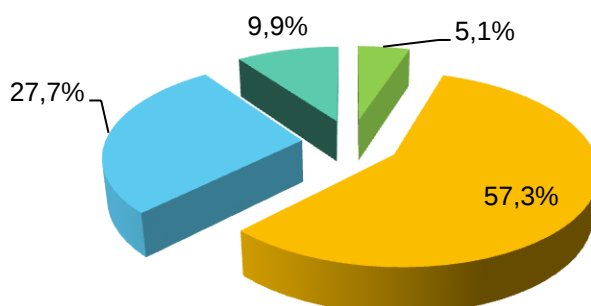
Para o agrupamento de até 3 meses para o tempo de comprometimento com dívida, houve leve redução de 0,02 p.p, o que não modifica a trajetória. Embora ocorra redução no percentual de famílias ao analisar a média dos anos anteriores (2018 -13,03%; 2019 – 13,53%), o resultado de setembro segue reforçando o patamar elevado do ano, ao atingir 12,3% dos entrevistados. Esse é um sinal da elevação do endividamento de curto prazo e pode estar vinculado ao cartão de crédito, que também tem patamares elevados.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	ago/21			set/21		
	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %
até 3 meses	12,5%	10,9%	20,7%	12,3%	11,5%	19,4%
entre 3 e 6 meses	5,5%	5,9%	3,8%	6,3%	6,9%	3,7%
entre 6 meses e 1 ano	12,1%	14,2%	7,7%	10,5%	11,0%	9,4%
por mais de um ano	66,6%	64,7%	67,7%	67,3%	66,6%	57,9%
Não sabe / Não respondeu	3,2%	4,3%	0,0%	3,7%	4,0%	1,6%
Tempo médio em meses	9,8	9,9	9,3	9,8	9,9	8,4

A parcela da renda das famílias comprometida com dívidas permanece em trajetória de crescimento ao avançar 2 p.p em relação ao mês anterior e renovou o alcançou o patamar máximo, desde o início da série histórica (janeiro de 2013), ao situar-se em 35,3%.

Parcela da renda comprometida com dívida

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu



Ocorre tendência de crescimento, segundo os entrevistados, para o comprometimento de renda acima de 50% desde dezembro de 2020, movimento acelerado na passagem do mês com alta de 8,1 p.p, passando de 19,54% para 27,7% dos entrevistados. Esse resultado é o maior da série histórica e indica maior comprometimento da renda das famílias desde o início da pandemia. Ainda, 57,3% dos entrevistados indicaram que o comprometimento da renda está na faixa de 11% até 50% da renda, nível equivalente para as faixas de rendas abaixo de 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos.

ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência, que representa a porcentagem de famílias com contas em atraso, retrocedeu pelo quarto mês consecutivo, e renovou em setembro o menor nível da série histórica, ao situar-se em 5,5%, diminuição de 0,3 p.p na passagem do mês. Desde o início da pandemia, esse indicador apresenta tendência de redução na comparação com os anos anteriores. No ano, a média da inadimplência é de 9,2%, resultado inferior média dos anos anteriores (13,77% em 2020, 17,88% em 2019, 18,87% em 2018, 20,32% em 2017). A melhora dessas percepções pode ser atribuída à medida de manutenção de emprego e renda, o auxílio emergencial e as ações do sistema financeiro. Em relatório de estabilidade financeira, divulgado pelo Banco Central do Brasil, indica que as instituições financeiras estão controlando a inadimplência com base em “massivas campanhas de prorrogação e renegociação de dívidas e pela maior seletividade nas novas operações”.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	ago/21			set/21		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
sim, totalmente	23,9%	24,0%	100,0%	27,1%	27,3%	65,1%
sim, em parte	23,1%	27,3%	10,1%	37,4%	37,5%	0,0%
não terá condições de pagar	32,6%	38,1%	5,9%	38,7%	38,5%	0,0%
não sabe	2,1%	2,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)	2,2%	2,8%	0,0%	2,1%	2,7%	0,2%

As famílias com renda de até 10 salários mínimos sofrem impacto maior quanto à inadimplência, chegando ao total de 7,0% dos entrevistados desse grupo de renda, resultado similar ao do mês anterior. Do outro lado, a taxa de inadimplência das famílias com renda acima de 10 salários mínimos é de 1,0%, queda de 0,5 p.p em relação ao mês anterior.

Em sentido equivalente, a quantidade de famílias que informaram não ter condições de pagar suas dívidas reduziu na passagem do mês, passando de 2,2% para 2,1%, resultado que permanece sendo o menor da série pelo quarto mês consecutivo.

Outra alteração considerável no perfil das contas em atraso dos catarinenses se refere ao tempo do pagamento em atraso, que apresentou durante a crise uma melhoria significativa nos prazos relacionados ao pagamento das contas em atraso, a média se reduziu de 69,4 dias em março de 2020 para 59 dias em setembro de 2021. Entretanto, ocorreu elevação na passagem do mês em 2,9 dias, reflexo da mudança do perfil do atraso, que até mês de julho concentrava a maior parte dos consumidores no grupo de até 30 dias, já em setembro o grupo acima dos 90 dias foi preponderante entre os consumidores com dívidas em atraso.

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	ago/21			set/21		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
até 30 dias	34,2%	28,2%	55,7%	31,7%	25,3%	65,1%
de 30 a 90 dias	27,6%	27,1%	24,1%	23,1%	26,3%	0,0%
acima de 90 dias	38,2%	44,8%	0,0%	44,3%	47,1%	14,8%
Não sabe / Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%	1,2%	0,0%
Tempo médio em dias	56,1	60,8	22,8	59,0	62,8	23,1

Existe uma diferença considerável na dinâmica entre as faixas de renda, de maneira que tempo médio de atraso ocorreu de forma menos intensa nas faixas acima de 10 SM (23,1 dias), enquanto, para as faixas de até 10 SM o tempo médio situa-se em 62,8 dias.

ANÁLISE NAS CIDADES

O número de famílias endividadas, apesar de apresentarem patamares diferentes nas cidades pesquisadas, se expressou de maneira homogênea na passagem do mês, exceto na cidade de Chapecó. O viés de aumento no endividamento observada ao nível estadual se observou, sobretudo, em Joinville (+1,3 p.p) e Florianópolis (+1,3 p.p). A cidade de Chapecó foi a única a retrain no mês, diminuição de 0,7 p.p, quarta seguida

Situação das Famílias	Setembro			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Total de endividadas	23,4%	27,4%	38,9%	51,4%
Dívidas ou contas em atraso	0,9%	2,3%	6,1%	13,4%
Não terão condições de pagar	0,0%	1,7%	3,3%	5,2%

Do lado das famílias inadimplentes a trajetória é divergente entre as cidades, com diminuição verificada em Blumenau (-0,1 p.p) e Joinville (-0,8%). Já para as outras cidades pesquisadas, houve estagnação na passagem do mês. Nota-se, que Florianópolis permanece sendo a que apresenta o maior índice de inadimplência (13,3%) e de famílias endividadas (51,4%) dentre os municípios pesquisados, resultado similar ao dos meses anteriores.

Em relação à percepção de endividamento, nota-se que a cidade de Florianópolis, destoa das demais, ao concentrar 37,2% dos entrevistados no grupo de “pouco endividados”. Já, nas demais cidades da pesquisa, o perfil das famílias endividadas está concentrado no grupo “mais ou menos endividado”. Ainda, o risco da taxa de inadimplência ampliar esta vinculado ao grupo das famílias “muito endividadas”, que nesse caso, ocorre, especialmente, para as cidades de Florianópolis e Joinville.

Nível de endividamento	Setembro			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Muito endividadas	1,0%	2,3%	4,7%	5,7%
Mais ou menos endividado	14,6%	22,2%	29,9%	8,5%
Pouco endividado	7,8%	2,8%	4,4%	37,2%

Não tem dívidas desse tipo	76,6%	72,6%	61,1%	48,6%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Em relação à alteração dos tipos de dívida, as cidades analisadas também apresentaram significativas diferenças em suas dinâmicas de endividamento. Mas, em nível geral, o cartão de crédito permanece sendo o tipo de dívida mais citado pelos entrevistados em todas as cidades, resultado equivalente ao nível Estadual. Ainda, e em trajetórias igual ao nível estadual, em setembro três cidades ampliaram o grupo de famílias que afirmam ter dívidas no cartão de crédito na passagem do mês, sendo elas: Blumenau (+10,1 p.p), Joinville (+9,9 p.p.) e Florianópolis (+3,8 p.p). Por outro lado, o município de Chapecó (+4,1p.p) tem movimento inverso ao reduzir drasticamente 24,1 p.p. Ao considerar a magnitude do tipo de dívida, Blumenau alcança 91,1% dos entrevistados citando a modalidade cartão de crédito, nível acima do Estadual.

O crédito consignado também ganhou destaque em setembro, com a alta de 10,3 p.p para Blumenau e 17,8 p.p em Chapecó. Quanto ao financiamento de carro e de casa, muito embora permaneça sendo uma das principais dívidas citadas pelos consumidores nas cidades. A cidade de Joinville foi a exceção ao elevar o nível de financiamento em carro no mês em 11,4 p.p, as demais apresentaram queda, movimento similar ao nível estadual. Já no campo do financiamento de casa, o principal avanço ocorreu em Blumenau (+ 6,9 p.p) e atingiu 37,0% das citações dos entrevistados.

Tipo de dívida	Setembro			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Cartão de crédito	91,11%	61,35%	82,77%	81,48%
Cheque especial	0,00%	4,84%	7,63%	6,33%
Cheque pré-datado	0,00%	0,00%	0,66%	0,33%
Crédito consignado	21,60%	51,66%	35,71%	7,76%
Crédito pessoal	22,95%	19,37%	25,39%	4,26%
Carnês	39,46%	24,22%	31,09%	32,65%
Financiamento de carro	47,08%	30,67%	66,64%	11,10%
Financiamento de casa	37,00%	16,14%	24,23%	12,81%
Outras dívidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não sabe	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Obs.: Respostas múltiplas – soma podem ser maior que 100%

No que diz respeito ao tempo de comprometimento com as dívidas em todos os municípios, a resposta preponderante é “dívidas por mais de um ano”, exceto para Florianópolis, concentrando cerca de 80% dos entrevistados para as

idades de Blumenau, Chapecó e Joinville. Vale destacar que Florianópolis diverge das demais cidades ao apresentar certa distribuição das dívidas na escala do período da pesquisa, sendo que a maior parte das famílias (34,27%) está concentrada no grupo de até 3 meses. O tempo médio de comprometimento permaneceu estável nos últimos quatro meses de 2021, ao situar-se em média de 11 meses para as cidades pesquisadas, salvo Florianópolis, onde o tempo médio de comprometimento é de 6,5 meses.

Setembro				
Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 3 meses	2,54%	4,17%	3,59%	34,27%
Entre 3 e 6 meses	0,00%	0,00%	2,05%	19,31%
Entre 6 meses e 1 ano	15,92%	6,25%	4,11%	15,27%
Por mais de um ano	81,54%	83,33%	81,74%	31,15%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	6,25%	8,51%	0,00%
Tempo médio em meses	11,3	11,3	11,3	6,5

A desagregação dos dados relacionados à inadimplência demonstra movimentos divergentes por cidade. Até o mês de junho a cidade de Florianópolis apresentava o maior tempo médio de atraso, entretanto, essa posição passou a ser de Chapecó em virtude do movimento de crescimento dos três últimos meses, assim, os consumidores alcançaram em agosto 82,5 dias para o pagamento das dívidas em atraso diante dos 69,0 do mês anterior. Ainda, no mês nota-se avanço na cidade de Joinville, que passou de 52,8 para 57,8 dias entre agosto e setembro. Do outro lado, Florianópolis apresentou redução no mês de 1,7 dias.

Setembro				
Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 30 dias	33,33%	0,00%	36,16%	39,04%
De 30 a 90 dias	33,33%	25,00%	13,84%	24,28%
Acima de 90 dias	33,33%	75,00%	47,23%	36,68%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	0,00%	2,77%	0,00%
Tempo médio em dias	55,0	82,5	57,8	53,4

As condições de pagamento das dívidas em atraso se distribuíram de maneira diferente entre as cidades analisadas. Somente a cidade de Blumenau concentrou os consumidores no grupo de pagamento das dívidas (parte ou na

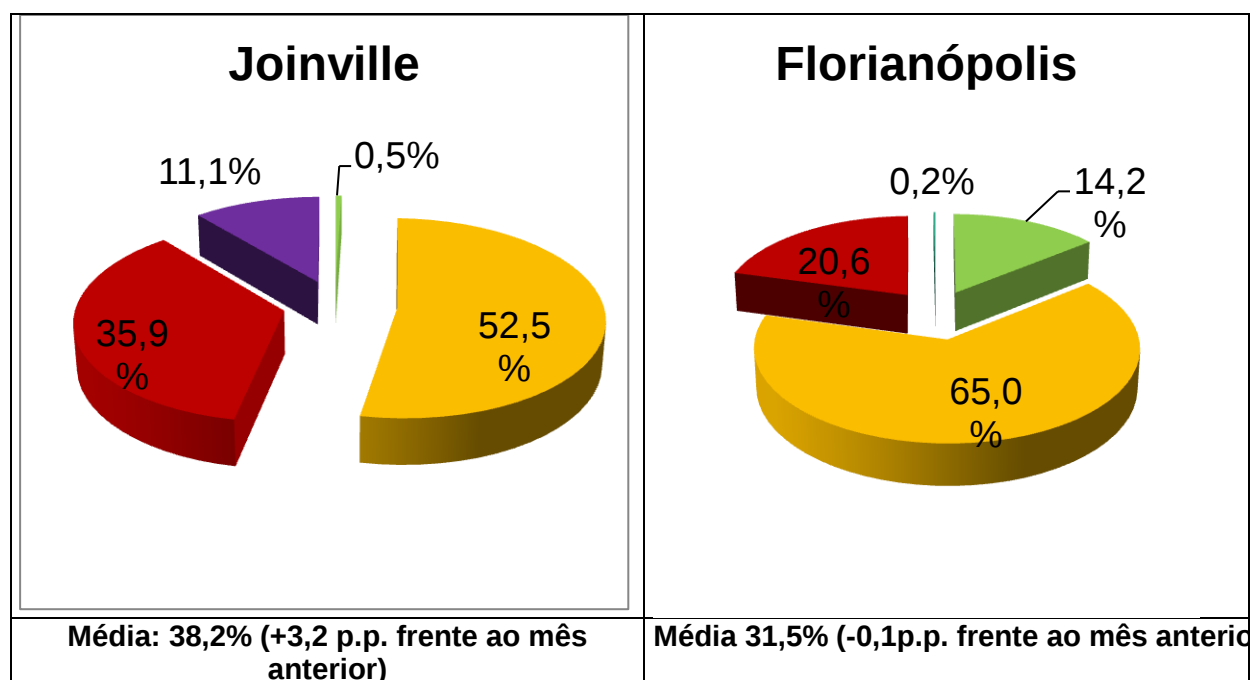
totalidade), resultado similar ao do mês anterior. Enquanto, as cidades de Chapecó e Joinville concentram o maior grupo de respostas no âmbito das famílias que não terão condições de pagar suas dívidas.

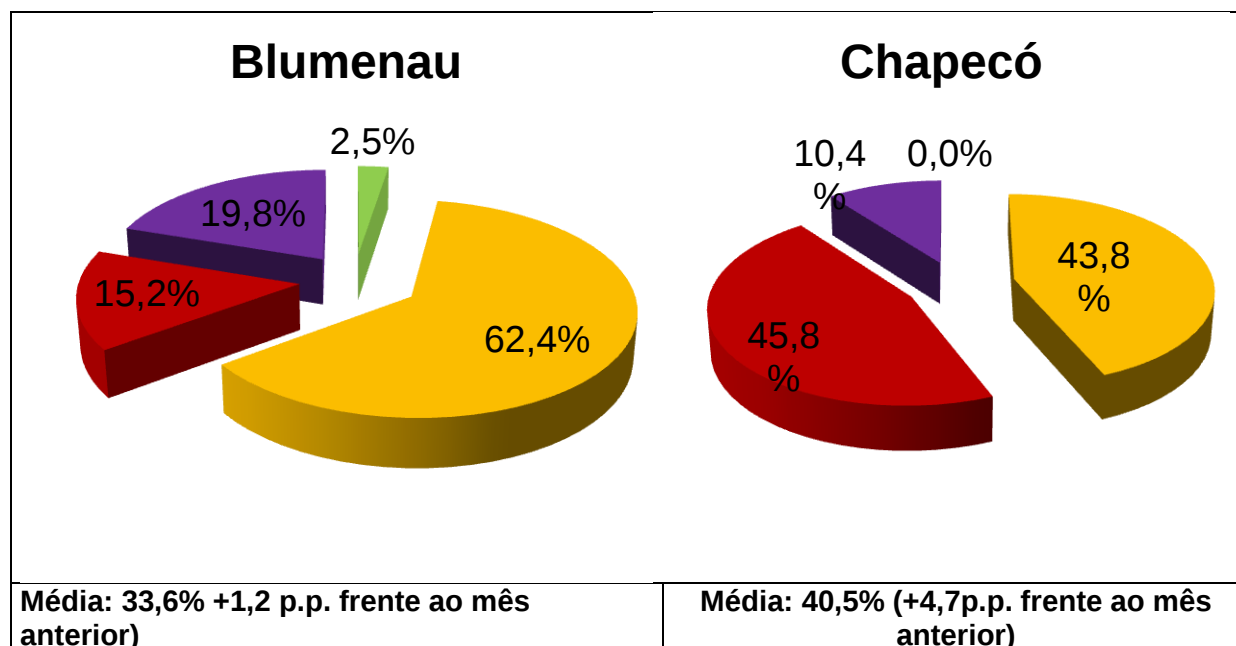
Setembro				
Condições de pagamento das dívidas em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Sim, totalmente	33,33%	0,00%	39,29%	19,33%
Sim, em partes	66,67%	25,00%	7,14%	42,00%
Não terá condições de pagar	0,00%	75,00%	53,57%	38,67%
Não sabe	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não respondeu			0,00%	0,00%

O comprometimento da parcela de renda em Santa Catarina, que avançou em nível estadual, apresentou movimento equivalente em três cidades analisadas, com destaque de maior intensidade de alta em Chapecó (+4,7.p.) e a alta em Joinville (+3,2 p.p.).

Parcela da renda comprometida com dívidas

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu





Por fim é importante notar que em todas as cidades analisadas o comprometimento médio da renda se encontra acima dos 30%, além disso, se observa, ainda, o predomínio do comprometimento na faixa de 11% a 50% da renda em três cidades, sendo que o comprometimento superior a 50% é maior em Chapecó (45,8%, alta de 20 p.p. diante do mês anterior).

METODOLOGIA

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Joinville com idade superior a 18 anos. Para compor o dado agregado de Santa Catarina os resultados obtidos em cada município foram ponderados de acordo com sua população e dessazonalizados.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se

que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.